



A FORÇA DAS IDEIAS

FRANCISCO ASSIS / MOÇÃO GLOBAL DE ESTRATÉGIA

A obrigação do PS é debater, sem medos e sem preconceitos, o seu papel e o seu lugar na vida política portuguesa, honrando o passado e os contributos dados na construção do Portugal democrático e promovendo as rupturas necessárias para construir o futuro.

É com esta base programática que pretendo lançar o debate e um projecto de refundação do Partido Socialista. A obrigação do PS é constituir-se ao longo dos próximos tempos como uma alternativa credível – uma alternativa de esquerda democrática, responsável, sólida e coerente. Para isso, será necessário tempo, imaginação e consistência: três palavras para um projecto de futuro para Portugal.

Francisco Assis

Índice

I. Património, compromissos e valores	3
1. Marcas do governo socialista, 2005-2011	4
2. A crise e a derrota de 5 de Junho	7
3. Compromissos e valores na liderança da oposição	9
II. Mudanças que contam.....	12
4. A esquerda democrática europeia no início do século XXI.....	13
5. Mais Europa, globalização regulada	16
6. Portugal, sociedade mais rica, justa e criativa	21
7. A renovação da República	29
III. Os próximos desafios do PS	32
8. A modernização do Partido Socialista	33
9. Eleições regionais e autárquicas	38

I. Património, compromissos e valores

1. Marcas do governo socialista, 2005-2011

Esta candidatura assume por inteiro o património político do Partido Socialista. Sob a liderança de Mário Soares, Victor Constâncio, Jorge Sampaio, António Guterres, Ferro Rodrigues e José Sócrates fomos, sucessivamente, o partido da liberdade, da Europa, da normalização democrática e constitucional, do Serviço Nacional de Saúde, do equilíbrio entre sector público, privado e social da economia, da luta contra a exclusão social e do compromisso com os mais pobres, da escola pública, da sociedade da informação, da educação para todos, dos novos direitos civis, da inovação na política energética e da sustentabilidade do Estado Social.

Esta candidatura orgulha-se – porque sempre as defendeu – das marcas reformistas e progressistas que, sob a liderança de José Sócrates, o Governo do PS deixou no país entre 2005 e 2011. E empenha-se na sua defesa e no seu aprofundamento. Foram seis anos em que modernizámos o país e melhorámos a vida dos portugueses em muitos domínios.

Portugal começou a reduzir muitos dos seus défices estruturais a partir de 2005. O risco de pobreza, nomeadamente entre os idosos, diminuiu significativamente. Há mais alunos nas escolas e com melhores resultados: as taxas de retenção, desistência e abandono precoce baixaram e somos o segundo país que mais progrediu em ciências e o quarto que mais progrediu em matemática. Temos mais inscritos no ensino superior e mais diplomados, doutorados e cientistas. O investimento em investigação e desenvolvimento coloca hoje Portugal ao nível dos países mais avançados do mundo. A taxa de mortalidade infantil continuou a baixar. Temos hoje mais médicos e mais vagas nos cursos de medicina. O

número de pessoas inscritas em lista de espera para cirurgias, problema há muito identificado, baixou significativamente.

O Plano Tecnológico foi uma ideia que se tornou realidade. Pela primeira vez, demos prioridade à inovação e o saldo da balança tecnológica foi positivo. O número de portugueses com acesso a computador, internet e banda larga aumentou exponencialmente. Portugal é hoje líder na economia verde. É cada vez maior a capacidade eólica instalada e cada vez mais a energia eléctrica produzida através de fontes renováveis. Apostámos a sério no turismo e o sector exportador, crítico para um crescimento sustentado, saiu reforçado e diversificado: a taxa média de crescimento das exportações subiu de 3,2%, entre 2000 e 2005, para 4,5% entre 2005 e 2010.

A vida dos portugueses melhorou em muitos aspectos, desde 2005. Sabem-no as famílias que passaram a ter uma escola pública de qualidade, moderna, equipada e a tempo inteiro, com refeições, música, inglês e acesso à internet. Sabem-no os jovens e os maiores de 23 que têm hoje mais acesso a cursos superiores e a estágios profissionais, vias importantes para o desenvolvimento do país e para a sua empregabilidade. Sabem-no os mais de um milhão de portugueses que voltaram a estudar através das Novas Oportunidades, programa que lhes está a dar reconhecimento e competências para progredirem na sua vida profissional. Sabem-no os consumidores de medicamentos não sujeitos a receita médica, que podem hoje adquiri-los também fora das farmácias. Sabem-no os dependentes que contam hoje com uma verdadeira rede de cuidados continuados. Sabem-no todos os idosos que, graças ao Complemento Solidário, saíram da pobreza. Sabem-no os cidadãos e as empresas que viram a sua vida facilitada pelo Simplex: cartão de cidadão, declarações de IRS *online* e documento único automóvel, empresa na hora, informação empresarial simplificada, fim da obrigatoriedade de escritura pública para uma série de actos empresariais e das certidões negativas das finanças e da segurança social.

Estas são marcas do Partido Socialista que temos de saber valorizar, defender e aprofundar.

Estes foram também anos de requalificação da democracia e de reforço das políticas de igualdade. Basta recordar a limitação dos mandatos autárquicos, a reforma do Parlamento, que reforçou os poderes de fiscalização da Assembleia da República, ou a lei da paridade, que veio garantir uma representação mínima para ambos os sexos. São igualmente de sublinhar os

avanços civilizacionais na legislação penal, na lei do divórcio, no combate à violência doméstica, na procriação medicamente assistida e no acesso ao casamento civil por pessoas do mesmo sexo. Mas há aqui uma mudança que, pela história de luta e mobilização social que envolveu e pelo avanço civilizacional que representou, merece lugar de destaque: o facto de as mulheres terem deixado de ser perseguidas e criminalizadas, com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez referendada no dia 11 de Fevereiro de 2007. Esta Moção dá garantias a todos os portugueses: com a sua aprovação, **o PS estará frontalmente contra novas consultas e alterações legislativas que ponham em causa a despenalização da interrupção voluntária da gravidez.**

2. A crise e a derrota de 5 de Junho

A partir de 2005 foram aprovadas importantes reformas e celebrados diversos acordos sociais que tornaram a segurança social, a legislação laboral e a administração pública mais adequadas às condições económicas e financeiras do país. A direita tinha-nos deixado um défice orçamental de 6,8% do PIB, mas em 2008 a despesa pública estava a caminho da consolidação, com um défice de 2,6%. A economia, por seu lado, começava a dar os primeiros sinais de crescimento.

Havia, no entanto, factores que se prendiam com a abertura e exposição da economia portuguesa a uma desregulação crescente da globalização económica que nenhum Governo nacional estava em condições de controlar isoladamente e que os progressistas, quando tiveram poder para isso, nos anos 90, não conseguiram contrariar. Essa desregulação, bem como a sua justificação pelas ideologias neoliberais, acentuou-se com o regresso da direita ao poder na América e na maioria dos governos da Europa, a partir de 2005. As características negativas do capitalismo financeiro acentuaram-se, culminando, em 2008, no eclodir da maior crise económica desde 1929.

Os Estados viram-se obrigados a não repetir os erros de omissão de 1929 e a agir, sem proteccionismos mas também sem deixar de assumir o primado da política. Ao mesmo tempo que perdiam receitas fiscais, em virtude da queda abrupta das economias, os governos nacionais tinham de injectar biliões nas suas instituições financeiras e de investir em medidas para acudir às famílias e às empresas vítimas da crise e da especulação irresponsável. Foi também esse o caminho que seguiu o Governo do PS, consciente de que o processo de consolidação orçamental que tinha iniciado com sucesso em 2005 se tornava secundário face à dimensão e à urgência da crise que tínhamos pela frente.

Infelizmente, as consequências financeiras deste necessário aumento da despesa e da dívida públicas foram objecto da especulação dos mercados financeiros e de agências financeiras de duvidosa reputação, muito motivadas, é justo dizê-lo, pela resposta hesitante dada pela União Europeia à crise da dívida soberana de um dos Estados membros da zona euro, a Grécia. Os passos dados pela Europa, como a criação do mecanismo europeu de estabilização financeira ou a compra de dívida soberana por parte do BCE, revelaram-se manifestamente insuficientes.

Começava, em 2010, a crise da dívida soberana, que arrastou, também, a Irlanda e Portugal para um cenário de pedido de ajuda externa, recessão e desemprego, o que, em conjugação com a acção por vezes irresponsável das oposições internas, não podia deixar de penalizar fortemente os governos em funções. Foi o que nos aconteceu agora, nas eleições legislativas de 5 de Junho, em que o PS desceu de 36% (em 2009) para 28% dos votos.

Para voltarmos a ter a liderança política e social no país, é essencial perceber que a derrota de 5 de Junho não se explica apenas por factores internacionais e económicos. Ela tem também causas políticas. Desde logo porque o PS nem sempre soube fazer a pedagogia da crise nem explicar suficientemente aos portugueses a sua dimensão internacional e europeia. Faltou mais debate no PS, outra capacidade de ouvir os militantes e de mobilizar as classes médias trabalhadoras e os sectores dinâmicos da sociedade para as causas do PS e da governação nacional. Faltou-nos, no fundo, a partir de 2010, a Força das Ideias. É disso que começamos a tratar nesta Moção Global de Estratégia.

3. Compromissos e valores na liderança da oposição

Na oposição, a liderança e a recuperação do nosso Partido dependerão muito da força que tivermos para garantir a autonomia da estratégica do PS como grande partido da esquerda democrática. É disso que se trata nestas eleições para o cargo de Secretário-Geral do Partido Socialista. Saber quem está em melhores condições para liderar o partido e apresentar-se aos portugueses como próximo candidato a primeiro-ministro de Portugal.

Com a Força das Ideias, **assumimos os nossos compromissos, renovamos a nossa agenda mas não abdicamos dos nossos valores e do mandato que nos foi conferido pelo povo.**

O acordo assinado com o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu é para cumprir. Não faremos aquilo que outros fizeram ao país: boicotar acordos europeus e a reputação da nossa economia em nome de interesses partidários e de estratégias pessoais.

Respeitaremos escrupulosamente o mandato que os portugueses deram ao PS: constituir-se como oposição responsável – mas oposição – que procura entendimentos sobre a concretização do acordo resultante do pedido de ajuda externa, fiel aos valores da esquerda democrática e à defesa do Estado Social. Dissemo-lo na campanha eleitoral e não poderíamos dizer outra coisa agora: a aplicação do acordo não obriga ao desmantelamento constitucional e económico dos pilares do Estado Social (serviços públicos de saúde, educação e segurança social, ou o princípio da justa causa nos despedimentos) nem à privatização da CGD, das Águas de Portugal ou da televisão pública. Não nos posicionamos na esquerda imobilista e sabemos que o Estado Social se pode adaptar melhor às condições financeiras, mas nunca aceitaremos que, a pretexto da aplicação do acordo, se concretize o projecto de

desmantelamento da Constituição Social apresentado pelo PSD no Verão de 2010 e oportunamente colocado na gaveta.

A última legislatura foi marcada por uma crispação inédita na história política do pós-25 de Abril, e logo no momento em que o país mais precisava de diálogo e respeito pelo interesse nacional. A rejeição parlamentar do chamado PEC IV, numa aliança entre esquerda radical e direita política, contra um governo minoritário, que nos conduziu imediatamente à crise política, à subida abrupta dos juros da dívida e ao pedido de ajuda externa, constituiu o auge dessa era de crispação que queremos ultrapassar.

Esperamos que agora, com responsabilidades acrescidas, e com maioria absoluta no parlamento, a direita saiba estar à altura dos acontecimentos e da vontade de diálogo dos portugueses. É que o clima de diálogo só pode ser construído se houver vontade e respeito entre todas as partes. E quem não se dá ao respeito não merece o respeito dos portugueses. **Esta candidatura dá-se ao respeito e exige respeito pelo património e pela autonomia do Partido Socialista.** De resto, estaremos disponíveis para dialogar com todos sobre as melhores formas de tirarmos o país da situação financeira em que se encontra, mas também sobre as melhores soluções para a renovação da Europa e da República Portuguesa.

Sabemos que o mundo das ideias políticas e económicas está mais à direita do que nunca, por mérito dos nossos adversários ideológicos mas também por falta de comparência da esquerda democrática. Sabemos que sem mais Europa e sem uma globalização económica regulada as nossas ideias para Portugal não terão a mesma força. Sabemos que sem uma República renovada e sem instituições democráticas modernizadas nos faltarão os instrumentos que darão as condições óptimas à concretização das mudanças que contam. Estaremos activos no debate de ideias e no espaço público. Estaremos na linha da frente dos debates europeus. Estaremos disponíveis para as reformas institucionais que valem a pena.

Mas não ficaremos parados no Partido e na Assembleia da República, à espera que as condições apareçam ou que mais uma vez a alternância democrática faça por nós o trabalho que não fizemos. E já nesta primeira sessão legislativa, com base no debate que vai surgir desta campanha, com a Força das Ideias, vamos submeter à apreciação da Assembleia da República, à medida que se discute a aplicação das medidas acordadas com a “troika”, um conjunto de propostas centrado na promoção da qualidade de vida das classes médias

portuguesas: na economia e no emprego, na criatividade e na igualdade de oportunidades, nas cidades e nos serviços públicos.

II. Mudanças que contam

4. A esquerda democrática europeia no início do século XXI

Por um momento, a crise de 2008 parecia ter colocado em cheque as ideologias neoliberais e promovido a redescoberta das virtudes da intervenção pública na economia. Porém, a crise da dívida soberana que lhe sucedeu foi acompanhada pelo regresso triunfante dessas mesmas ideologias e das direitas em geral.

O renascimento dos nacionalismos e dos egoísmos individualistas, as vitórias eleitorais dos conservadorismos liberais, a chegada dos populismos ao poder em vários países europeus são hoje realidades que não podemos ignorar. Em toda a Europa é necessária hoje uma nova capacidade de intervenção da esquerda democrática para enfrentar o triunfo das direitas em sucessivas eleições nacionais e a redução da expressão eleitoral de socialistas e social-democratas para valores na ordem dos 30% dos votos. **Essa capacidade renovada começará a construir-se com sucesso se baseada numa reflexão sobre as novas dinâmicas económicas, sociais e políticas, no país e na Europa, mais do que no habitual ritual de exorcização do ciclo de esquerda agora encerrado.** Nessa reflexão há dilemas que têm de ser enfrentados se queremos renovar com sucesso o espaço da esquerda democrática.

Em primeiro lugar, os dilemas relativos à relação com o mercado. A participação na globalização requer um novo dinamismo das economias europeias que tem vias alternativas de concretização. Este é um domínio em que também há escolhas a fazer: a esquerda democrática não pode ter sobre o funcionamento dos mercados uma postura sobretudo negativa, limitando-se a corrigir as suas consequências através de políticas públicas redistributivas, nem uma ilusão planeadora alimentada por antigas tendências para a

sacralização do Estado. **A dinamização das economias europeias exige a democratização dos mercados, isto é, menos custos de entrada e de saída e mais mobilidade empresarial, suportes essenciais da valorização do risco e da concorrência.** Essa democratização deve ser um requisito tão importante quanto o da regulação na definição de novas políticas económicas de esquerda visando a promoção do crescimento e da criação de emprego.

Em segundo lugar, os dilemas relativos à desigualdade. **O combate à desigualdade não se pode limitar ao combate à pobreza.** O crescimento económico sustentável é incompatível com o aprofundamento das desigualdades, não havendo razões sociais, económicas ou morais que justifiquem o crescimento exponencial dos rendimentos individuais sem progressividade fiscal que o desincentive. Em primeiro lugar, porque não há sucesso individual que não beneficie da existência de recursos colectivos. Depois, porque o investimento e o desenvolvimento empresarial são preteridos quando não há limites à busca do rendimento máximo no curto prazo. E, finalmente, porque quando a desigualdade é extrema o sentido de justiça social é moralmente abalado. Sobretudo em momentos de crise.

Em terceiro lugar, os dilemas relativos à sustentabilidade das políticas sociais. No quadro das transformações demográficas que hoje vivemos, **crecerão as solicitações ao estado social europeu ao mesmo tempo que crescerão os constrangimentos orçamentais.** O desenvolvimento do estado social será mais necessário do que nunca, pelo que a esquerda terá que garantir a sua sustentabilidade promovendo a eficiência, garantindo a estabilidade do financiamento e salvaguardando o interesse público geral no confronto com interesses corporativos particulares.

Em quarto lugar, os dilemas identitários. O renascimento dos nacionalismos e das paixões xenófobas e racistas, felizmente de baixa intensidade em Portugal, ameaça a construção da Europa e a coesão de cada país, podendo generalizar-se com facilidade em contextos de crise e de austeridade. A Europa e a globalização precisam de reformas, em particular de mais regulação democrática, mas são as aquisições civilizacionais fundamentais que têm de ser claramente defendidas pela esquerda democrática. Para isso são necessárias **novas políticas cosmopolitas que promovam e regulem as relações entre as nações e a mobilidade internacional das pessoas.**

Por fim, os dilemas da construção europeia. A Europa e as suas instituições são hoje dominadas pelas direitas e pelas suas ideias, o que torna mais difícil superar a crise nas suas múltiplas dimensões. Ao mesmo tempo, uma alternativa de esquerda em cada país europeu precisa de mais Europa para ser bem sucedida, pois só assim será possível fazer corresponder a escala política (transnacional) à escala económica (global). A construção europeia tem pois que incluir, hoje mais do que nunca, a construção de uma plataforma política progressista, de ser interpartidária tanto quanto intergovernamental. A nossa agenda progressista precisa de escala. **O destino da esquerda democrática ou se realiza no espaço europeu ou nunca se realizará em toda a sua plenitude.**

5. Mais Europa, globalização regulada

Do Tratado de Roma ao Tratado de Lisboa, a história da Europa foi uma história de sucesso. Foi a história de um projecto que assegurou nas últimas cinco décadas a paz e o desenvolvimento, um modelo de governação que inspira outras regiões do mundo, um espaço de liberdade e progresso social que atrai todos os povos do continente. Mas, como não se tem cansado de lembrar o fundador do PS, Mário Soares, nos últimos anos tem faltado liderança e europeísmo à Europa. Apesar de todos os sucessos, o projecto europeu vive hoje a sua maior crise de sempre, no quadro da qual se poderá tornar mais difícil promover o desenvolvimento do país.

A crise financeira internacional e as crises da dívida soberana tornaram evidentes algumas fragilidades institucionais e políticas da zona euro. Entre essas fragilidades destaca-se a desvalorização da política macroeconómica e do papel do Estado na economia. A estabilização económica e a convergência entre Estados-membros seriam asseguradas por um funcionamento eficiente dos mercados, sem necessidade de intervenção estatal, dependendo apenas do cumprimento estrito de um pequeno conjunto de regras: orçamentais, como consta do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), e monetárias, como consta dos estatutos do Banco Central Europeu (BCE), que deve ter como objectivo primordial a estabilidade dos preços.

O crescimento económico e o emprego transformam-se, assim, em objectivos indirectos de política económica, resultando apenas de um funcionamento eficiente dos mercados, o que requer a criação de uma cultura de estabilidade e previsibilidade que minimize a intervenção e regulação do Estado. Ou seja, a União Monetária eliminou todos os instrumentos de política económica que, desde Keynes, tinham provado ser necessários para garantir níveis elevados

de crescimento e emprego. O real problema surgiu quando os efeitos da crise acabaram por ser agravados pela arquitectura institucional da moeda única.

A desvalorização do papel expansionista da política orçamental, consagrada no PEC, levou os vários governos europeus a responder tardiamente à desaceleração económica iniciada em 2008. A resposta só surgiu no final de 2008, e mesmo assim timidamente, ficando aquém, por exemplo, do que foi feito em países como os EUA e a China. Esta resposta foi ditada pela necessidade de salvar o sector financeiro europeu e evitar a repetição da Grande Depressão. Mas esta necessidade acabou por revelar uma contradição na actual arquitectura institucional da zona euro: apesar de se ter tornado evidente que a intervenção do Estado era necessária, não se criaram mecanismos para sustentar e financiar os custos dessa mesma intervenção. O resultado foi a crise da dívida soberana.

Ao contrário da narrativa dominante, a rápida subida dos défices foi sobretudo uma consequência – e não uma causa – da crise. Para além do aumento da despesa para estimular a economia e evitar o colapso do sector financeiro, como acordado entre os países e a Comissão Europeia, a recessão levou a um aumento automático das despesas com prestações sociais e a uma redução das receitas fiscais.

Embora o caso grego tenha singularidades, o agudizar da crise nesse país em Maio de 2010 levou a uma inversão da estratégia económica. Contrariando as teses que justificaram a intervenção no final de 2008, e apesar da actividade económica ser ainda muito débil e do desemprego continuar a aumentar, o défice público e o comportamento irresponsável dos governos passaram a ser vistos como uma das duas principais ameaças à estabilidade na zona euro. A outra é o elevado nível de dívida privada nos países periféricos, que resultam de uma suposta perda de competitividade, justificada por um crescimento excessivo dos salários.

Em suma: a actual crise europeia tem sido explicada por falhas éticas e comportamentais de alguns Estados, e não como um problema sistémico que resulta de uma disfunção institucional da zona euro. E assim se transformou uma crise financeira internacional, que tinha desacreditado a ideologia neoliberal e reabilitado a intervenção do Estado na economia, numa oportunidade de reafirmar a necessidade dessa mesma ideologia. Apesar de ter havido alguns avanços, como a federalização de mecanismos de supervisão financeira e a criação do semestre europeu, a chamada governação económica da zona euro não é uma verdadeira

reforma institucional, uma vez que apenas reforça instrumentos de disciplina orçamental já existentes. De facto, onde inova, como no caso da correcção dos desequilíbrios macroeconómicos, socorre-se de uma concepção de competitividade simplista, assente na necessidade de reformas estruturais cujo objectivo é a desregulação dos mercados, o aumento da concorrência e a compressão salarial.

O aumento do endividamento dos países periféricos não deve ter uma leitura moral e culpabilizadora. Tratou-se de uma resposta previsível numa economia de mercado: a redução drástica das taxas de juro levou a um aumento da procura de crédito. Os défices externos dos países periféricos são, pois, a consequência das legítimas aspirações dos países mais pobres e da grande disparidade de nível de desenvolvimento que existe entre o centro e a sua periferia. E são a confirmação de que o simples funcionamento eficiente dos mercados e o controlo dos défices orçamentais não promove qualquer tipo de convergência, antes amplia divergências previamente existentes.

A ideia que os países com excedentes são virtuosos e constituem o modelo que todos devem seguir é uma impossibilidade económica, não podendo, portanto, ser considerada uma via para sair da crise. Isto não significa que os países periféricos não tenham um problema de competitividade e de endividamento, mas apenas que a sua adequada resolução não pode passar por um ajustamento assimétrico, dependente apenas do esforço destes países, e de políticas de austeridade que agravam a recessão e que, juntamente com as reformas estruturais que têm vindo a ser exigidas, pouco ou nada resolvem.

Porque não pretendem voltar aos tempos do protecçãoismo económico nem apostar na política do medo, os socialistas europeus devem reconhecer as dificuldades estruturais que atravessam, e olhar a Europa, apesar de todas as disfunções institucionais, como espaço privilegiado para as ultrapassar. Precisamos de escala para concretizar uma agenda renovada e socialmente agregadora. **O Partido Socialista está disponível para a construção de uma plataforma política europeia e progressista**, e esta candidatura lança ideias para os vários debates que teremos pela frente, defendendo:

- a necessidade de garantir a sustentabilidade das finanças públicas, sem, contudo, sacrificar o investimento público modernizador e o Estado Social;
- a criação de um governo económico europeu que implique um reforço do orçamento

- comunitário e a criação de dívida europeia (*eurobonds*) para financiar projectos de investimento modernizador e desenvolver políticas de estabilização macroeconómica de âmbito federal;
- o reforço dos mecanismos de controlo democrático das instituições europeias;
 - a reforma da supervisão do sector financeiro, que requer a criação de agências de *rating* europeias;
 - o aumento de recursos próprios da UE, através da criação de um imposto europeu sobre transacções financeiras (*financial transaction tax*);
 - o reforço das políticas europeias de harmonização fiscal, ambiental e social em detrimento da liberalização e da desregulação;
 - o combate aos paraísos fiscais e à evasão fiscal;
 - a valorização do movimento sindical europeu;
 - e, no curto prazo, a suspensão da comparticipação nacional na aplicação de fundos europeus durante o período de resgate.

A Europa deve liderar este movimento pelo aprofundamento dos direitos sociais e da democracia no mundo. Deve defender a sério a regulação dos mercados. Se a dimensão dos Estados-nação não é compatível com a escala do capitalismo financeiro, então terá de ser à escala global que a economia política terá de regressar. Nesse sentido, esta candidatura revê-se na reforma das instituições de Bretton Woods (FMI, Banco Mundial), há muito adiada, e nas linhas gerais da proposta de reforma das Nações Unidas preconizada recentemente por Jacques Delors, em particular na ideia de criação de um Conselho de Segurança Económica, responsável pelo equilíbrio das trocas comerciais e das transacções financeiras.

De facto, não é possível discutir os desafios da economia portuguesa sem atender a este enquadramento internacional. O futuro depende de nós, mas também de uma profunda reforma institucional da zona euro. Os problemas de competitividade da economia portuguesa não se resolvem com austeridade, a liberalização dos despedimentos, descida dos impostos sobre as empresas e subida dos impostos sobre o consumo. Para que Portugal tenha futuro como uma economia competitiva na zona euro são precisas reformas estruturais de outra natureza.

A economia portuguesa tem um problema estrutural que reside sobretudo no seu perfil de especialização produtiva. Fruto principalmente do seu atraso histórico, a estrutura produtiva

portuguesa está demasiado dependente de sectores pouco intensivos em inovação e conhecimento, de reduzido valor acrescentado, com procuras internacionais pouco dinâmicas ou em que a concorrência internacional é muito intensa. Os processos de alargamento da União Europeia aos países do Leste europeu, de entrada da China na Organização Mundial de Comércio e de redução das tarifas aduaneiras sobre as importações dos bens das economias emergentes, positivos em si mesmos, conduziram no entanto a um choque assimétrico que intensificou as pressões sobre a economia portuguesa. Ora, a actual arquitectura institucional da zona euro não facilita o processo de ajustamento necessário para responder a estes desafios.

Ao contrário da narrativa dominante, os custos unitários do trabalho, o indicador usado para aferir a competitividade da economia portuguesa, não reflectem um crescimento excessivo dos salários. É antes o sintoma de uma disfunção institucional que não promove qualquer tipo de convergência porque retira margem de manobra aos estados para modernizar e requalificar o tecido produtivo e porque introduz incentivos perversos que favorecem o investimento em sectores de bens não transaccionáveis, não sujeitos à concorrência internacional e, por isso, mais rentáveis. Assim, é pouco provável que uma descida dos custos do trabalho venha a ter grandes impactos na competitividade de uma economia que já tem dos salários mais baixos da Europa. A competitividade da economia portuguesa passa sobretudo pela qualificação dos recursos humanos, do tecido produtivo, do seu território e do próprio Estado. **Modernizar não passa por reduzir preço dos produtos que Portugal já produz; modernizar passa por produzir diferente, mais e melhor.**

6. Portugal, sociedade mais rica, justa e criativa

Prevaleceu na esquerda democrática, após a queda do Muro de Berlim, a ideia de uma divisão do trabalho demasiado rígida entre o mercado, a quem caberia a responsabilidade de criação de riqueza, e o Estado, responsável pela luta contra a pobreza e a exclusão. Esta divisão produziu consequências negativas: levou a uma dualização entre vencedores (profissionais altamente qualificados dos serviços) e os perdedores (trabalhadores manuais de indústrias em declínio nos países centrais) e à fragilização das classes médias; desestabilizou os sistemas de relações laborais e estimulou a precariedade laboral; e colocou no Estado Social o ónus da luta contra a pobreza e a exclusão, ao mesmo tempo que desvalorizou o objectivo de redistribuição e de correcção das desigualdades socioeconómicas.

Devendo os socialistas garantir o bem-estar das classes médias – do qual depende o equilíbrio social em que floresce uma democracia dinâmica –, a estratégia não deve assentar no estímulo de sectores económicos caracterizados pelos baixos salários e pela precariedade laboral, que produz uma polarização social. A direita convive bem com esta realidade, mas ela colide com o projecto histórico da esquerda democrática de garantir que o crescimento económico serve o maior número possível de cidadãos – em particular os que menos recursos dispõem – e que este se traduz em níveis de segurança económica e de bem-estar individual e colectivo. É, por isso, necessário deixar claro nesta moção global de estratégia o que para nós distingue o projecto da esquerda democrática do Partido Socialista do da direita neoliberal em três dimensões essenciais: o papel do Estado no modelo de desenvolvimento; a estratégia relativa ao emprego e às relações laborais; e a concepção de Estado Social.

Estado Estratega. Durante muito tempo, devido às baixas qualificações de grande parte da mão-de-obra, a estratégias empresariais de curto prazo e a opções de política económica,

como as desvalorizações competitivas ou a estagnação do salário mínimo, o padrão de especialização da economia portuguesa evoluiu lentamente, em particular nos sectores transaccionáveis. O impacto da adesão ao Euro, da entrada da China nos mercados mundiais e do alargamento da União Europeia aos países de Leste transformou radicalmente o mundo em que o país podia beneficiar do equilíbrio ancorado no tríptico baixos salários, baixas qualificações, baixo desemprego. Esse mundo não voltará, sendo impossível enfrentar a globalização comercial continuando a concorrer com base em baixos salários em actividades de baixo valor acrescentado – a não ser que o país esteja disposto a reduzir salários (e nível de vida) de forma violenta e impensável numa democracia.

É verdade que o fim da crença no plano quinquenal e a crítica ao salvamento de indústrias em declínio e ao apoio aos “campeões nacionais” legitimaram a ideia de que o Estado não devia ter qualquer papel na criação de riqueza que não fosse o estabelecimento de um ambiente de negócios com baixos custos de contexto. No entanto, é pelos motivos acima expostos que hoje, em Portugal, o papel das políticas públicas de incentivo à inovação e de aposta nas indústrias do futuro – o que no passado se chamava política industrial – é tão importante. Onde a direita acha que basta reduzir os custos de contexto para toda a actividade económica, qualquer que ela seja, a esquerda democrática deve ser capaz de defender o papel do Estado na transformação acelerada do padrão de especialização do tecido produtivo. O Estado deve utilizar de forma inteligente os instrumentos à sua disposição: investimento público, incentivos fiscais, subsídios. O Estado que preconizamos não protege sectores em declínio, mas ajuda a estimular e a robustecer as indústrias e serviços nascentes.

Existem oportunidades de desenvolvimento em áreas onde a nossa economia beneficia de vantagens comparativas, tanto decorrentes dos recursos culturais e naturais – na língua, no turismo, nas indústrias ambientais, no mar e na floresta, na agricultura de especialidades – como da trajectória passada – na química e petroquímica, na metalomecânica, nos plásticos, no vidro e na cerâmica, nos têxteis e no calçado, que devem continuar a aprofundar a reconversão que lhes permitiu reencontrar o caminho do progresso. Mas outras actividades existem que o Estado deve continuar a incentivar activamente, através da formação de recursos humanos e do investimento público e privado, apostando em sectores de alto valor acrescentado e contribuindo para alargar a nossa base industrial. As vantagens comparativas não se herdaram apenas: elas criam-se através de apostas inteligentes.

Neste contexto, a modernização só é possível através de dinâmicas de qualificação.

Antes de mais, a qualificação dos recursos humanos – onde, apesar dos avanços recentes, Portugal ainda é o segundo pior país da UE27. O legado histórico da desresponsabilização do Estado durante décadas nesta área é ainda impressionante. Quando outras nações partiram para a escolarização de massas e para a qualificação profissional da generalidade da população, e apostaram na formação de quadros superiores de elevada competência, Portugal ficou paralisado por um pensamento neo-elitista e por interesses corporativos de visão curta que persistiu na rarefacção de oportunidades e atrasou-se na produção de doutores e investigadores. Seria desastroso para o país que o neo-elitismo e o corporativismo capturassem de novo a educação, a formação, o ensino superior e a investigação científica, e reduzissem o esforço do Estado na educação para todos, de todas as gerações e a todos os níveis como uma prioridade estruturante da sua política de recuperação do atraso estrutural.

A qualificação de que o país necessita não é apenas a dos trabalhadores, é também a dos empresários. Práticas de gestão mais inteligentes não são apenas um instrumento para reduzir os custos unitários do trabalho sem sacrificar o emprego, os salários ou as contribuições patronais. São também uma forma de melhorar a qualidade dos empregos e das relações sociais dentro das empresas, que não devem ser vistas apenas como o espaço onde se desenvolve uma relação contratual de trabalho, mas como organizações onde a qualidade das relações sociais é essencial para motivar os trabalhadores e aumentar a sua produtividade.

Qualificação, ainda, do território enquanto ecossistema socioeconómico. Neste contexto, as cidades são hoje territórios-chave de uma economia internacionalizada, onde o conhecimento e a criatividade se assumem como factores cada vez mais críticos. É nas zonas urbanas que se concentram potencial humano, empresas e infra-estruturas, sendo essencial promover as suas capacidades de atracção de investimento e de desenvolvimento de indústrias de maior valor acrescentado. Assim, a valorização das zonas urbanas, a melhoria da qualidade de vida urbana e a aposta nos seus factores de competitividade específicos devem estar no centro do discurso político do PS e das candidaturas autárquicas de 2013.

Neste domínio, deve promover-se uma política de valorização das cidades portuguesas, em particular das duas maiores áreas metropolitanas, como locais estratégicos para a promoção de uma cultura de inovação e das actividades de alto valor acrescentado. Deve intensificar-se a

aposta na investigação e desenvolvimento e na excelência dos estabelecimentos de ensino superior. Deve incentivar-se o desenvolvimento de actividades culturais, criativas e tecnológicas. Deve garantir-se a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, a sua valorização pessoal e profissional e o exercício de uma cidadania activa.

Por tudo isto, o incentivo à reabilitação urbana, a acessibilidade dos equipamentos sociais (creches, escolas, centros de saúde, culturais e espaços verdes), a garantia de acesso a uma habitação digna e de qualidade para todos os cidadãos e a aposta numa mobilidade mais sustentável e no desenvolvimento das infra-estruturas de transporte de pessoas e mercadorias (ferroviárias, aeroportuárias, portuárias e logísticas) constituem para nós prioridades incontornáveis. Prioridades que devem ser concretizadas num quadro de promoção da sustentabilidade ambiental, de que são exemplos os apoios à melhoria da eficiência energética nos projectos de reabilitação urbana, ou as medidas de suporte à mobilidade eléctrica no desenvolvimento das infra-estruturas de transporte.

Qualificação, por fim, do Estado e da administração pública, e muito em particular das políticas públicas postas em prática. A intervenção pública numa economia complexa como aquela em que vivemos deve – para ser eficaz, eficiente e justa – ser não apenas inteligente e atenta aos efeitos perversos que possa involuntariamente produzir, mas também persistente e capaz de aprender com os erros. Políticas públicas que intervêm sobre as instituições da economia não funcionam como uma varinha mágica, mas exigem um trabalho paciente e sistemático de monitorização e avaliação.

Emprego e relações laborais. A direita tem uma solução para a questão do desemprego, que passa por desregular e individualizar as relações laborais, retirar poder de negociação aos sindicatos e intensificar os mecanismos disciplinadores do mercado sobre os trabalhadores. Espera, com isso, reduzir o desemprego, mesmo que à custa de salários mais baixos e empregos menos protegidos – ou seja, mesmo que, a nível individual, à custa da desclassificação profissional e social, sacrificando muitas vezes experiência adquirida ou qualificações obtidas e, a nível colectivo, estimulando a especialização em empregos pouco qualificados e em actividades de baixo valor acrescentado.

A esquerda democrática demarca-se deste caminho e aposta em qualificar o mundo do trabalho para viabilizar as empresas e os empregos com futuro, porque quer proteger a

mobilidade profissional através da reorientação da despesa pública em políticas de emprego e porque prefere a adaptabilidade interna das empresas à precarização do emprego.

Com o problema da rigidez legal da legislação laboral resolvido pela reforma de 2009 do Código do Trabalho e pelo acordo tripartido de Março deste ano, o que o país carece é de que as políticas públicas e o sistema de relações laborais (da concertação social à negociação colectiva de sector e de empresa) respondam de forma integrada àqueles desafios, conjugando as competências e as capacidades dos poderes públicos com as dos parceiros sociais. O esforço de qualificação é também institucional, e passa pelo reforço continuado da concertação social e dos parceiros sociais. Tal é essencial para que a coordenação entre actores colectivos seja capaz de levar a cabo a política de rendimentos que garanta a moderação salarial que o país necessita nos próximos anos.

A resposta que é preciso pôr em prática sabe que a redução do desemprego deve combinar a salvaguarda dos empregos viáveis pelo reforço da adaptabilidade interna das empresas (que permite combinações virtuosas entre respostas atempadas às mudanças nos mercados com a melhoria da conciliação entre a vida pessoal e profissional) com a criação de novos empregos em empresas competitivas que permitam salários dignos e boas condições de trabalho. Esta estratégia não recusa as formas atípicas de emprego, mas combate activamente a segmentação dos mercados de trabalho, que concentram nos empregos precários menos segurança de emprego, menores oportunidades de educação e de formação, piores salários e piores expectativas de progresso salarial e menores níveis de protecção social, particularmente no desemprego.

Os tempos exigem escolhas difíceis para construir um novo equilíbrio social e geracional. Essas escolhas implicam perceber a extensão da marginalização das novas gerações dos benefícios do modelo de relações laborais que temos e aceitar a necessidade de encontrar novos equilíbrios entre direitos e deveres nas relações de trabalho. Implicam, também, uma mais forte articulação entre políticas de trabalho e emprego com políticas económicas e fiscais que promovam o crescimento e a redução das desigualdades.

Temos, ainda, de combinar a intervenção reguladora mais macro do sistema de relações laborais com múltiplas políticas micro de apoio à criação de emprego, de que são exemplo a concessão publicamente garantida de microcrédito e os incentivos à economia social, ao

cooperativismo e ao empreendedorismo. Temos, por fim, de incentivar a erradicação de discriminações no acesso ao emprego e nas oportunidades de progressão no mundo do trabalho através de políticas que fomentem a igualdade de género e a igualdade salarial. Ao longo dos últimos anos, e através do acesso à educação, as mulheres tornaram-se a maioria das pessoas a concluir com sucesso a frequência do ensino superior. Importa, pois, beneficiar da participação destas mulheres altamente qualificadas nas áreas científicas e técnicas. Assumir um compromisso público com a igualdade de género é responder mais efectivamente às vontades e necessidades pessoais, bem como, simultaneamente, garantir uma eficiente afectação de recursos humanos e financeiros de forma mais produtiva e, sobretudo, mais justa.

O Estado Social. O Estado Social não pode ser pensado de forma isolada do Estado Estratega e do sistema de relações laborais. Por isso, é necessário prestar atenção à distribuição primária de rendimentos, que se realiza por via do trabalho e antes da acção redistributiva via imposto. No entanto, a redistribuição é essencial, não apenas porque uma sociedade civilizada deve garantir mínimos de bem-estar, mas também porque o mercado é injusto a distribuir recursos e a corrigir os efeitos de lotaria da natureza, da família e (parcialmente) do mercado. Um Estado capaz de redistribuir eficazmente os rendimentos é garantia de uma sociedade mais justa e coesa.

Hoje, o peso das despesas sociais no PIB – inevitável devido à queda do produto em 2009 e neste ano, bem como ao efeito contra-cíclico dos estabilizadores automáticos – tem levado a direita a afirmar que o Estado Social é financeiramente insustentável. É verdade que os valores actuais da despesa social pública são historicamente muito elevados, mas as experiências passadas em outros países em recessão (como os países nórdicos na primeira metade de anos 90 do século passado) mostram como o Estado Social pode ser protegido e chegar ao fim da crise mais modernizado. Na verdade, os que defendem a inviabilidade do Estado Social são os mesmos que sempre disseram que este era um luxo num país pobre e estão à oportunidade que a história lhes dê razão.

Contudo, o futuro do Estado Social depende menos de inevitabilidades do que de políticas, e estas dependem de prioridades. O Partido Socialista reconhece ser necessário recalibrar o modelo de protecção social de modo a combinar sustentabilidade financeira, eficácia das políticas e equidade nos recursos distribuídos – mas este trabalho é contínuo por definição e nunca está finalizado. A diferença, aqui, está entre aqueles que querem fazê-lo com o

objectivo de manter o modelo social existente e aqueles que, a curto ou médio prazo, pretendem destruí-lo.

O Estado Social foi em grande medida construído para lidar com riscos tradicionais – velhice, invalidez, doença e desemprego –, mas outros novos riscos colocaram pressão financeira, institucional e política sobre a arquitectura de sistemas públicos tradicionalmente difíceis de reformar: o desemprego de longa duração, a inserção profissional e protecção social dos jovens, o problema dos trabalhadores pobres, ou a compatibilização da vida profissional com a vida familiar. O Partido Socialista considera que o Estado Social deve modernizar-se e qualificar-se, de modo a conseguir compatibilizar a resposta aos riscos tradicionais com a resposta aos que resultam das mudanças socioeconómicas.

Ao contrário da direita, para a esquerda democrática as prestações sociais não são “ajudas do Estado”, são direitos sociais. No contexto actual, como acontece em momentos de elevado desemprego, a retórica populista procura aproveitar-se do descontentamento de muitos para fazer passar a imagem da existência de fraude generalizada na atribuição das prestações sociais. O Partido Socialista estará sempre do lado do respeito dos critérios de atribuição das prestações, mas nunca da estigmatização de quem as recebe. Onde a direita explora os sentimentos de inveja, o Partido Socialista fará a pedagogia da centralidade dos direitos sociais para uma sociedade justa, que protege com dignidade aqueles que menos recursos económicos, sociais e culturais dispõem para enfrentar os efeitos negativos que os mecanismos de mercado não podem deixar de produzir.

Um Estado Social amplo dispõe de instrumentos redistributivos de luta contra a pobreza, garante de mínimos sociais e económicos de cidadania, e intervém também no sentido de corrigir as desigualdades que as diferentes lotarias produzem nas condições e horizontes de vida dos indivíduos ao longo da vida, e que tem efeitos inter-geracionais. Por isso, é um Estado Social que se dirige a todos os cidadãos – e não apenas aos pobres – e trata-os como tal, e não como falhados ou irresponsáveis.

Os critérios do universalismo e da cidadania têm uma tradução na concepção do papel dos serviços públicos, que devem permanecer públicos, de acesso universal tendencialmente gratuito e de qualidade. O Partido Socialista orgulha-se da construção de um Serviço Nacional de Saúde com desempenho de qualidade reconhecida pelos indicadores internacionais. Como

se orgulha de ser o partido que mais fez pela escola pública quando no governo. E de ser o partido da segurança social pública sustentável e o mais empenhado nas políticas activas de emprego. Saúde, educação, segurança social são direitos dos cidadãos e como tal têm que ser tratados. O Partido Socialista opor-se-á a todas as tentativas da sua mercantilização ou privatização, para as quais nem as medidas de excepção com que temos de viver apontam. Denunciaremos todas as tentativas de os destruir pela sua descapitalização ou subfinanciamento. Onde a direita concretizou esse objectivo, as sociedades demoraram décadas a recuperar da fractura social consequente.

7. A renovação da República

A abstenção eleitoral não tem parado de crescer de eleição para eleição e, com humildade e seriedade, nunca poderemos explicar um fenómeno desta dimensão exclusivamente pela qualidade dos cadernos eleitorais. As atitudes negativas sobre o sistema político aumentam. As taxas de filiação partidária e de identificação com os partidos diminuem. A maioria dos portugueses sente-se distante do poder e não confia nas instituições democráticas por excelência, como a Assembleia da República e os partidos políticos. A imagem do poder judicial degrada-se igualmente a olhos vistos. O panorama torna-se ainda mais preocupante se verificarmos a baixa intensidade da participação cívica e extrapartidária em Portugal, bem como o declínio da representatividade dos sindicatos. Sem participação democrática e sem instituições fortes a democracia portuguesa fica sem os instrumentos para que os seus agentes possam introduzir com sucesso reformas estruturais necessárias. Não há boas políticas sem boa política. **Não há qualidade das políticas sem qualidade da democracia. A renovação da República é uma condição essencial para a concretização da sociedade mais rica, mais justa e criativa que ambicionamos.**

A renovação da República é, portanto, urgente. Por isso, o PS deve reafirmar uma vez mais a sua disponibilidade para, em diálogo com os outros partidos representados na Assembleia da República, se chegar a um entendimento sobre as melhores formas de Portugal credibilizar, consolidar e modernizar as suas instituições. Um processo de diálogo público e transparente em que cada um diz ao que vem e coloca as suas ideias de forma clara perante todos os portugueses.

Estas são as áreas de reforma institucional e política que vamos, a partir de hoje, começar a discutir com os socialistas e com o país.

Reforma da justiça. A reforma da justiça deve prosseguir uma política que integre diferentes medidas de modernização e simplificação de procedimentos, de racionalização de meios e do mapa judiciário e de promoção de meios alternativos de resolução de litígios. Há que centrar a reforma da justiça nas medidas essenciais para as pessoas e para as empresas, reforçando os níveis de confiança e de garantia efectiva de direitos. É prioritário melhorar o acesso à justiça, aumentar a previsibilidade do tempo da decisão e diminuir a aleatoriedade do resultado judicial, reduzir custos de contexto, simplificar actos e processos e melhorar a eficiência do sistema, em especial dos processos de execução de créditos e de cobrança de dívidas.

Reforma do sistema eleitoral da Assembleia da República. Esta candidatura defende um novo sistema de representação proporcional personalizada, que combine círculos uninominais de candidatura com uma representação proporcional, assegurada pela criação de um círculo nacional e por círculos distritais ou regionais parciais (de compensação), admitindo uma redução do número de deputados que não ponha em causa essa aproximação entre eleitores e eleitos e a representação das correntes políticas minoritárias. Mas não estamos fechados no nosso modelo, e estamos disponíveis para discutir os méritos de outros projectos que possam surgir e que preconizem, nomeadamente, a possibilidade de redução da dimensão dos círculos eleitorais maiores ou a criação de listas eleitorais abertas, perante as quais os cidadãos eleitores possam ordenar as suas preferências quanto aos candidatos que se apresentam ao escrutínio popular.

Reforma global e estratégica do modelo de governação territorial do Estado. Esta reforma deve fazer-se nas suas diferentes escalas e assentar num reforço da desconcentração e da descentralização, articulando-se a reforma da administração desconcentrada do Estado com a reforma administrativa do país, à escala metropolitana, municipal e de freguesia. A reforma da administração desconcentrada do Estado deve ter como etapa fundamental a reorganização em torno das actuais CCDR das várias delegações regionais e distritais dos ministérios – passo decisivo para um futuro e alargado acordo interpartidário sobre a regionalização administrativa.

Em simultâneo, temos de avançar decisivamente na reforma administrativa e do modelo de governação das áreas metropolitanas, dos municípios e das freguesias, através de um aprofundamento da descentralização de competências e meios do Estado para as áreas metropolitanas e para os municípios e destes para as freguesias, bem como da alteração dos

modelos de governação metropolitano e municipal e da racionalização do mapa administrativo. É necessário, por um lado, redefinir o modelo de governação e funcionamento das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, reforçando competências e legitimidade através da eleição directa dos seus órgãos políticos. Por outro lado, é decisiva a reforma do modelo de governo dos municípios, com a consagração de executivos maioritários e o reforço dos poderes de fiscalização atribuídos às assembleias municipais.

III. Os próximos desafios do PS

8. A modernização do Partido Socialista

A renovação da República começa na renovação da forma de fazer política nos partidos. Os partidos políticos portugueses têm beneficiado do monopólio que a Constituição lhes confere no acesso à Assembleia da República mas nem sempre têm dado à sociedade os resultados, as oportunidades de participação e os sinais de abertura correspondentes.

Nas últimas duas legislaturas deram-se passos importantes no sentido da qualificação democrática. A reforma do parlamento veio reforçar as condições de fiscalização do executivo e dignificou a Assembleia da República como espaço de debate público por excelência. A lei da paridade veio trazer para a vida parlamentar a participação de mais mulheres e com isso enriqueceu a representatividade democrática da Assembleia da República. A limitação dos mandatos executivos autárquicos surgiu como uma forma de incentivo à renovação dos agentes políticos. Mas é preciso mais. Sobretudo, é preciso que os partidos dêem o exemplo.

Em primeiro lugar, o próprio conceito de “vida interna dos partidos” deve desaparecer do nosso discurso. A Constituição da República e, através dela, os portugueses, conferem aos partidos privilégios de representação que não são compatíveis com práticas menos transparentes, com processos de decisão obscuros ou com estratégias de fechamento. A vida dos partidos diz respeito a todos, militantes, simpatizantes, cidadãos. É de facto uma questão de cidadania.

O PS esteve na linha da frente das reformas do sistema político e partidário nos últimos anos. Se esta candidatura e esta moção de estratégia merecerem a confiança da maioria dos seus militantes, assim vai continuar a ser. E vai desde logo acontecer no próprio PS.

Temos dito e reafirmamos. Conosco, a defesa radical da democracia começa em casa.

Conosco, o PS será o partido da palavra, de palavra e de acção.

A modernização do PS passa, evidentemente, pelo aumento da sua influência social. **O Partido tem de ser capaz de atrair para a participação e para a decisão um número cada vez mais significativo de votantes e simpatizantes.** De facto, as decisões partilhadas com os eleitores mais identificados com o PS permitirão uma maior proximidade entre eleitores e eleitos e um maior sentimento de identificação em relação às suas propostas. Queremos que este aprofundamento democrático se faça com a introdução de eleições primárias em que participem militantes, simpatizantes e eleitores, para o efeito registados. Iniciaremos este processo com a escolha dos presidentes de câmaras municipais nas já próximas eleições autárquicas.

Também temos de ser capazes de reconstruir espaços de opinião e participação junto de todos os portugueses que defendem o progresso social: nas universidades, nas associações, no sindicalismo, nas redes e movimentos sociais. A força das nossas ideias e das propostas é indissociável da nossa capacidade em dialogar com estes espaços de intervenção social.

A Convenção da Esquerda Democrática. Os valores da esquerda democrática perderam força no debate de ideias e, conseqüentemente, nas instituições e em importantes áreas de estudo, como a economia. O PS poderá e deverá constituir-se como espaço permanente de debate e discussão que permita enquadrar afinidades e suscitar a discussão pública que reforce os pontos de vista e as propostas da esquerda democrática. Neste aspecto, a Fundação Res Publica, na sua esfera própria de intervenção, será determinante na criação das condições e do ambiente adequados à concretização deste objectivo. Temos de ser ambiciosos e alargar o nosso espaço de representação e debate. Temos de começar a preparar, ainda em 2012, e realizar até ao final de 2013 uma grande Convenção da Esquerda Democrática, à semelhança da realizada em 1986 e na linha dos Estados Gerais para uma Nova Maioria de 1994 e das Novas Fronteiras de 2005, onde será apresentado um programa do PS para a próxima década.

A força da esquerda democrática não se esgota no partido que a corporiza, o PS. Na esquerda democrática inclui-se o velho aliado dos partidos socialistas que é o movimento sindical, mas também o sector social de inspiração laica, republicana e socialista e as novas correntes de

formação de pensamento e produção de opinião, bem como as novas redes que se estabelecem, das redes sociais aos clubes de reflexão, de associações semiformais aos movimentos informais de cidadãos. É com os militantes do PS, com os contributos do Gabinete de Estudos e com todo este movimento da esquerda democrática que contamos para o processo de renovação programática que culminará na Convenção.

Gabinete de Estudos. O Gabinete de Estudos, previsto nos Estatutos do Partido Socialista, deve funcionar de forma profissionalizada a nível nacional para que: desenvolva e mantenha uma base de dados de políticas do PS (e dos partidos socialistas de outros países), disponibilizando documentos sobre as políticas desenvolvidas pelo partido no Governo, AR e autarquias; recolha e sistematize a informação pormenorizada sobre o trabalho feito ao longo dos últimos seis anos de Governo; acompanhe as propostas principais do novo governo e prepare argumentários para as posições defendidas pelo PS, divulgando-os pelas estruturas do partido; organize os grupos de trabalho, compostos por especialistas, dirigentes e activistas, que irão trabalhar em políticas sectoriais ao longo dos próximos anos.

Sindicalismo democrático. O PS tem de definir uma estratégia sindical, necessidade identificada em anteriores moções de estratégia e ainda por concretizar. Não pode ser indiferente à participação sindical dos seus militantes e simpatizantes e não pode ser indiferente à evolução dos sindicatos. Entendemos que o sindicalismo deve ser tema de reflexão profunda, discutindo conceitos e modelos existentes por toda a Europa. O respeito do PS pelos sindicatos e pelas centrais sindicais não pode ser justificação para a ausência de estratégia. Assim, será organizado até ao final deste ano um grande debate, em parceria com a Fundação Res Publica e a Tendência Sindical Socialista, sobre o futuro do sindicalismo democrático, parceiro natural de uma esquerda de governo socialmente enraizada. Mas não nos ficaremos pela reflexão: o PS deverá dar inerência ao Coordenador da Tendência Sindical do Partido Socialista no Secretariado Nacional, de forma a dignificar e estreitar relações com o mundo sindical.

Movimentos sociais. Os movimentos sociais e as novas formas de participação cívica são heterogéneos, disseminados e informais, mas têm ganho uma importância crescente na esfera pública. Basta recordar a forma como os movimentos em torno da igualdade foram determinantes num passado recente na conquista e na defesa de mais direitos políticos para toda a população LGBT, para as mulheres e para os imigrantes. É fundamental que todos

estes protagonistas do debate e da mudança conheçam e tenham um interlocutor no Secretariado Nacional do PS. Se esta candidatura e esta moção merecerem a confiança da maioria dos militantes do PS, haverá um Secretário Nacional para os Movimentos Sociais.

A Europa é connosco. A participação partidária em termos europeus deve ser consolidada e modernizada. Se é evidente que muitas das respostas da esquerda democrática só encontram escala ao nível europeu, e que no futuro as eleições europeias terão cada vez mais importância, então o Partido Socialista Europeu terá de estar no centro da nossa acção política. Os socialistas portugueses no Parlamento Europeu deverão ganhar responsabilidades acrescidas na estrutura e na agenda do PS, sendo de considerar, em articulação com os nossos eleitos, a organização anual de uma conferência europeia. Os deputados europeus do PS deverão ainda participar regularmente nas reuniões do Grupo Parlamentar do partido na Assembleia da República.

Devemos lutar por reforçar a nossa influência junto do Partido Socialista Europeu e não devemos reduzir a nossa presença apenas à participação indirecta do Departamento Internacional do PS ou dos nossos eurodeputados. O Partido Socialista Europeu criou os PES Activists para reforçar a militância directa dos socialistas de todos os países. Este espaço não tem sido suficientemente valorizado entre nós. Chegou a hora dos socialistas portugueses darem o seu contributo para o reforço da militância socialista europeia, condição de uma cidadania europeia de progresso.

Territórios PS. A organização do PS em torno das secções de residência, das secções temáticas e de acção sectorial poderá ter de sofrer mudanças em função de novos modelos de organização administrativa mas também em função de novos temas e interesses protagonizados pelos militantes e motivados pela sociedade.

É fundamental reforçar a proximidade do Secretariado Nacional às estruturas de base do PS. Para tal, será dedicado um fim-de-semana do ano a cada estrutura federativa que necessariamente inclua uma reunião entre as direcções regionais e distritais e a direcção nacional, como também visitas sectoriais aos municípios dessas regiões e distritos. Esta iniciativa começará já este Verão na Madeira, com uma visita do Secretário-Geral eleito. Será uma acção que reforçará o apoio às causas e às propostas do PS na Madeira e que simbolizará

a nossa aposta nas eleições regionais de 2011 (Madeira) e 2012 (Açores) e nas autárquicas de 2013.

Estruturas socialistas. Os partidos nem sempre têm tratado a juventude da melhor maneira e com as abordagens mais adequadas. O próximo líder do PS deve reforçar o reconhecimento da intervenção da **Juventude Socialista**. Em particular deverá incentivar, em parceria com a **Juventude Socialista**, a produção de um livro branco sobre atitudes dos jovens e políticas de juventude, que possa servir de base a uma estratégia sustentada de reaproximação do PS aos sectores mais dinâmicos e qualificados do país, necessidade que se tornou especialmente evidente após os resultados do último acto eleitoral.

Por outro lado, o PS deverá participar na organização anual de uma iniciativa política, cultural e social que articule formação, socialização e convívio, alargada a militantes e simpatizantes de todas as gerações. A rede social que o PS pretende reforçar terá nesta iniciativa uma oportunidade de mostrar o seu trabalho, os seus resultados e as suas propostas.

As **Mulheres Socialistas** também deverão merecer outro destaque da parte do PS. Esta moção de estratégia defende um **Secretariado Nacional com o mesmo número de mulheres e de homens**, bem como um funcionamento do PS mais adequado à conciliação entre a participação política e a vida familiar para homens e mulheres. Neste sentido, o departamento das Mulheres Socialistas merecerá todo o apoio para continuar a crescer e a reforçar a sua participação na vida do PS.

A **Associação Nacional de Autarcas do Partido Socialista** é fundamental para preparar as próximas eleições autárquicas. Mudanças na Lei eleitoral autárquica com executivos homogéneos, assembleias municipais com poderes reforçados, possíveis alterações no número de freguesias, muitos autarcas a atingir o limite de mandatos, possíveis acordos políticos – são mudanças que implicam uma preparação rigorosa e atempada das autárquicas pelo PS. Em todos estes momentos a ANAPS é imprescindível na formação dos escolhidos. A Associação deverá ser a base de apoio a todos os que se vêm envolvidos nestas eleições. Deveremos ser capazes de organizar, em conjunto com ela, um gabinete de apoio jurídico. Deveremos ser capazes de construir, numa iniciativa conjunta da ANAPS e da Fundação Res Publica, que também tem intervenção em matéria de poder local, um verdadeiro e participado manifesto eleitoral autárquico que sirva de referência aos candidatos do Partido Socialista.

9. Eleições regionais e autárquicas

O PS é o partido das autonomias regionais, do municipalismo e da descentralização do Estado. A reforma da organização administrativa do Estado está hoje na ordem do dia, e o PS deve liderar este debate na sociedade portuguesa. Queremos um Estado forte, mas eficiente e ao serviço dos cidadãos. Por isso, devemos afirmar a qualidade das autonomias regionais, a força do poder local democrático e promover a reorganização da administração periférica do Estado, de forma a abrir caminho à existência de condições para a instituição em concreto de regiões administrativas.

O PS honrará os compromissos assinados no memorando de entendimento com a “troika”, mas deve sempre tendo em consideração a necessária coesão territorial e solidariedade nacional para com as autonomias regionais. O Governo da direita não contará com o PS para revisões constitucionais que diminuam as autonomias locais ou regionais.

As eleições para a **Região Autónoma da Madeira**, em Outubro deste ano, são o mais próximo desafio eleitoral do PS. Com a aprovação desta moção global de estratégia, o Secretariado Nacional fica comprometido com o apoio e o reforço dos recursos necessários para que o PS Madeira tenha um grande resultado. O PS Madeira só conseguirá afirmar-se como alternativa se o PS a nível nacional respeitar a sua autonomia política e estratégica e reforçar as suas propostas no plano nacional.

Os últimos anos foram marcados por episódios e desentendimentos que resultaram num dos piores resultados da história do PS na Região da Madeira. Agora é tempo de virar a página e de afirmar o PS como uma alternativa de Governo na Madeira. O PSD tem demonstrado incapacidade de renovação e o seu modelo de Governo apresenta evidentes sinais de cansaço

e desgaste. O PS Madeira deve demonstrar que tem soluções capazes de dar um novo rumo à Região.

O PS deve continuar a pressionar o PSD e o CDS-PP para acabar com a inadmissível exceção da Madeira no que diz respeito à limitação de mandatos para Presidente do Governo Regional. As contradições evidentes entre um modelo de gestão financeira da Região da Madeira e as aparentes preocupações do novo Governo do PSD no Continente devem ser claramente denunciadas. O desrespeito pelas mais elementares regras da vida democrática não encontrará tolerância por parte do PS.

A Madeira deve merecer a primeira visita do novo Secretário-Geral num acompanhamento permanente até às eleições de Outubro. Colocar a Madeira no centro da discussão política nacional é nossa obrigação.

As eleições para a **Região Autónoma dos Açores** ocorrerão em 2012. O Governo Regional, liderado de forma competente pelo nosso camarada Carlos César, tem conseguido aliar equilíbrio nas finanças regionais com políticas sociais e de emprego, tornando os Açores um caso de sucesso de governação socialista.

Esta moção apoia o projecto político do PS Açores e acredita que teremos uma nova vitória nas Regionais de 2012. Para tal, assumimos o compromisso com o PS Açores de apoiar a manutenção das autonomias expressas no Estatuto Político-Administrativo da Região, de apoiar o actual enquadramento na Lei de Finanças Regionais e de defender as actuais competências do Estado na Região, em especial, no que diz respeito a investimentos estruturantes ou na manutenção do canal público regional de televisão, a RTP Açores. O PS compromete-se, igualmente, a lutar pela salvaguarda autonómica de serviços públicos como são os casos do tarifário energético e do transporte aéreo.

Em 2013, teremos as **eleições autárquicas**. O PS pretende encontrar os consensos necessários para rever a lei eleitoral autárquica ainda a tempo dessas eleições. Como dissemos atrás, defendemos executivos homogéneos fiscalizados por assembleias municipais com poderes reforçados. Em paralelo, sabemos que temos muitos presidentes de câmara e de juntas de freguesia sem possibilidade de se recandidatar por limite de mandatos. Estas mudanças obrigam-nos a uma preparação mais atenta e atempada.

Entendemos que o PS deve tomar a iniciativa e a liderança neste processo de mudança autárquica, que pode retirar à direita a maioria das câmaras municipais do país. Nesse sentido, terão o apoio da direcção nacional do Partido Socialista todos os contactos realizados ao nível autárquico com vista à constituição de soluções eleitorais que alarguem o espaço de representação do PS e favoreçam condições de governabilidade à esquerda no poder local. O PS assumirá as suas responsabilidades, assim saibam todos assumir as suas.

Até Janeiro de 2013 as escolhas de candidatos a presidentes de câmara deverão estar definidas e concluídas. O nosso objectivo político é claro e ambicioso: ganhar, de forma inequívoca, as eleições autárquicas de 2013, obtendo o maior número de presidências de câmara do país e ganhando mais de metade das capitais de distrito do país. Queremos ganhar a Presidência da Associação Nacional de Municípios e a Presidência da Associação Nacional de Freguesias. Estas metas ambiciosas que nos propomos requerem preparação atempada: por isso propomos a organização de uma Convenção Autárquica no segundo semestre de 2012.